



**Ata da quinta reunião da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos  
Precatórios Judiciais.**

Em 14 de junho de 2023, às 10:00 horas, realizou-se reunião ordinária da **Comissão de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais**, participaram da reunião os seguintes membros:

ANA PAULA CERRATO TAVARES – Presencial

CLAUDIO FUGIMOTO – PRESENCIAL

CLAUDIO SERGIO PONTES – ON LINE

ELISABETE PEREIRA DE ANDRADE - PRESENCIAL

FABIO SCOLARI VIEIRA – Presencial

FELIPPO SCOLARI NETO – Presencial

FRANCIS MENDES PIVA – On line

ISIS TAVARES DOS SANTOS VAICHEN – Online

LEANDRO TABORGA GONÇALVES NETO – Presencial

LUIS RENATO PERES ALVES FERREIRA AVEZUM – Presencial

MARCELO LOBO - Online

MARIA MANSUR REGO - Online

MESSIAS TADEU DE OLIVEIRA BENTO FALLEIROS - PRESENCIAL

VITOR AUGUSTO BOARI – Presencial

Pauta: Livre

Reunião Ordinária: Modalidade híbrida

Com o início da reunião foram divulgados todos os trabalhos realizados pela Comissão em conjunto com o Movimento dos Advogados em Defesa dos Credores Alimentares do Poder Público (Madeca) e prestados os seguintes esclarecimentos:

1-) informação sobre a nova instalação, estruturação e funcionamento da DEPRE sob a coordenação da Juíza da UPEFAZ, Dra. Paula Navarro;

2-) instauração do incidente autônomo para fins de processamento de cessão de crédito e habilitação de herdeiros;

3-) a Comissão informou sobre a impetração de dois mandados de segurança para impugnar a decisão proferida pelo Desembargador Coordenador da DEPRE que determinou a utilização da taxa referencial (TR), já declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em relação aos cálculos dos precatórios, bem como para impugnar decisão prolatada pelo Gestor da Câmara de Conciliação do Município de São Paulo com relação a parte dos termos do Edital que determina a renúncia automática de discussão de parte controversa, ofendendo expressamente a limitação constitucional do percentual de 40% (quarenta por cento) do valor do crédito devido.

4-) mobilização das entidades com o apoio da Comissão para trabalhar a o aumento do teto das requisições de pequeno valor no âmbito do Estado de São Paulo;

5-) tentativa de utilização de parte do depósito judicial para pagamento dos precatórios estaduais;

6-) informação sobre a negativa do Tribunal de Justiça em relação ao pedido de registro de acesso de terceiros no processo digital feito pela membra da comissão dra. ANA PAULA CERRATO.

Encerrou-se a reunião às 11:00, com a assinatura dos presentes na lista entregue à Secretaria das Comissões.

**FELIPPO SCOLARI NETO**

Presidente da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais

**FABIO SCOLARI VIEIRA**

Secretário da Comissão Especial de Assuntos Relativos aos Precatórios Judiciais